



Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533

Volume 26 | nº 1 | 2021

Artigo recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 29/07/2021

Marcelo Aranda Stortti

[Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação na UNIRIO. Possui graduação e licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Gama Filho. Atualmente desenvolve pesquisa no Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) nas áreas de Educação, Ensino de Ciências, Biologia, Educação Ambiental, Justiça e Racismo Ambiental. Professor do curso de Licenciatura em Biologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, em outras universidades privadas e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.]

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-9834>

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL “DESDE EL SUR” E OS SEUS DIÁLOGOS COM O PENSAMENTO CONTRA-COLONIAL BRASILEIRO

Environmental education “desde el sur” and its dialogues with brazilian counter-colonial thought

Resumo

Nesse artigo apresentamos como desenho teórico a articulação do campo da Educação Ambiental (macrotendência crítica) em diálogo com o giro decolonial e o pensamento de Ailton Krenak e do Quilombola Nego Bispo a partir da compreensão do padrão pedagógico do conflito socioambiental. Essa encruzilhada de saberes e fazeres estão contribuindo para promover uma desobediência política e epistêmica. Esse pensamento Suleador também é produzido pelos movimentos sociais fazendo emergir saberes “outros” e “enraizados” nos territórios. E percebemos que os argumentos apresentados em diálogo com esse campo teórico permite inferir que esses grupos sociais vivem um processo educativo e provavelmente uma educação ambiental que poderia ser chamada de Desde El Sur.

Palavras-chave: Educação ambiental; Conflito ambiental; Decolonialidade; Contra-colonialidade.

Abstract

In this article, we present as a theoretical design the articulation of the field of Environmental Education (critical macrotrend) in dialogue with the decolonial turn and the thought of Ailton Krenak and Quilombola Nego Bispo from the understanding of the pedagogical pattern of socio-environmental conflict. This crossroads of knowledge and actions are contributing to promote political and epistemic disobedience. This Suleador thought is also produced by social movements causing “other” and “rooted” knowledge to emerge in the territories. And we realize that the arguments presented in dialogue with this theoretical field allow us to infer that these social groups are experiencing an educational process and probably an environmental education that could be called Desde El Sur.

Keywords: Environmental education; Environmental conflict; Decolonialidade; Counter-coloniality..

Introdução

Encuentro

Luna

Estrella

Sol

Ancestro

Niño

Abuela

Abuelo

Río

Pueblo

Relámpago

Eres la sonrisa de la casa

Eres la palabra que abraza

Eres la anciana de los niños

Eres el rostro de la nieta

Eres lengua antigua

Eres el camino que trae vida

Eres remedio que sana mil heridas

Eres abono para la chacra

Eres la que teje la memoria

Eres la abuela que da calor al huérfano

Eres papa, árbol, dulce, sal

Tú nombre está inscrito en Alaxpacha

Mama India, en la Madre Tierra nos encontraremos para bailar.

(Mauro Alwa. Paninitak, 2013)

Como estamos falando de uma educação em uma região específica do mundo, o Sul Global, adjetivadas durante o seu processo de conquista pelos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses entre

outros), sendo subdividida em África, América Latina entre muitos lugares com outros nomes (MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2002). Podemos primeiramente pensar no processo histórico vivenciado por esses colonizadores para se constituírem como Estado moderno, isto é, “estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 1), sendo transplantado esse modelo organizador de sociedade para essas novas terras como se aqui não existisse nenhuma forma organizativa ou sociedade criando um modo de conquistar denominado de colonialismo.

Essa ideia fica reforçada na afirmação de Franz Fanon, (1968, p.31)

“Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o”.

O processo histórico de formação do Estado moderno europeu como afirmam alguns autores como Bresser-Pereira (2017), Zeron (2012), Dagnino (2010) e Porto-Gonçalves (2012) se desenvolvem primeiramente na Itália, depois na Espanha e Portugal; constituindo-se mais tardiamente na França e na Inglaterra e estão diretamente relacionados ao tratado de Westfália. Esse modelo de Estado, pode ser definido como uma “sociedade soberana, surgida com a ordenação jurídica cuja finalidade é regular globalmente a vida social de determinado povo, fixo em dado território e sob um poder.” (NOGUEIRA, 1993, p. 5).

Nesse sentido, podemos pensar que essa ideia de soberania do Estado Westfaliano poderia estar embasada, essencialmente, pela delimitação territorial, ou seja, pela definição das fronteiras. A soberania indicava que este era o poder mais alto do Estado, e, o território mostrava onde esse poder seria o mais alto (DALLARI, 2005).

Logo a base do Estado é o território que durante o seu processo constitutivo promoveu a naturalização desse conceito, isto é, você é de onde? Esse conceito começa a ser des-substantivado, ganha uma dimensão processual como afirma Porto-Gonçalves (2012).

A partir dessas ideias Porto-Gonçalves (2012) afirma que o território pode ser entendido como natureza (+) cultura através das relações de poder, que se configura como o seu eixo epistêmico. Refletindo sobre essa categoria podemos pensar que as relações de poder nunca estiveram em discussão, pois existe um processo colonial.

Haesbaert (2007), complementa essa análise, afirmando que os territórios devem ser entendidos a partir da multiterritorialidade ou reterritorialização, cujas totalidades estão sobrepostas e descontínuas. Portanto, a leitura que se faz dos territórios não deve estar vinculada ao entendimento do conceito de território restrito ao espaço e a espacialidade.

Na concepção de Carneiro e Mendonça (2012) a leitura que se faz dos territórios não deve estar vinculada ao entendimento do conceito de território restrito ao espaço e a espacialidade. Podendo estar associada a uma visão mais ampla como afirma David Harvey a territorialização é em última análise resultado de lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2000, p. 108). Esse processo colonial expansionista europeu interessando em novos territórios, institui conceitualmente o projeto do eurocentrismo, principalmente quando institui as relações de desigualdades e injustiças sociais provenientes do colonialismo e do imperialismo, que construíram um legado epistemológico do eurocentrismo, com o objetivo de impedir a compreensão do mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A crítica ao eurocentrismo está relacionada à sua episteme e à sua lógica que opera por separações sucessivas e reducionismos. Logo, podemos supor que nos centros hegemônicos, existem grupos sociais que indicam os limites, bem como, “a própria ciência natural eurocêntrica revela seu diálogo com o pensamento oriental” (PORTO-GONÇALVES, *Op. cit.*, p.3).

A partir dessas leituras, redescobriu-se um Sul Global “outro”, um território periférico do sistema mundo-moderno, inventado e subalternizado de saberes, culturas e de sua própria história contada pelo poder hegemônico em parceria com as elites locais dos países dessa região.

Esse ensaio de cunho teórico, orientado pelo pensamento Pós-colonial de intelectuais do Sul Global e que toma o trabalho e o racismo como categoria fundante do ser social. Estabelecendo como objetivo discutir a produção teórica nas pesquisas sobre a colonialidade e a decolonialidade a partir dos conflitos socioambientais que ocorrem no Sul Global. Para tanto, o artigo está dividido em dois momentos, sendo o primeiro a introdução de alguns referenciais teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade e o seu encontro na “encruzilhada” dos territórios com intelectuais/lideranças dos Povos Indígenas brasileiro (Ailton Krenak) e dos Quilombolas (Nego Bispo). O segundo momento consiste em uma análise teórica sobre os processos educacionais reexistentes nas lutas socioambientais que emergem do Sul global.

Diálogos Pós-coloniais: Colonialidade e ou Contra-colonialidade

As questões anteriormente apresentadas, juntamente com a Filosofia da Libertação (DUSSEL, 1990), Teoria da Dependência (DUSSEL, 1990), Teoria Sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2000), a crítica da dominação (“colonização”) de intelectuais dos estudos subalternos/pós-coloniais através dos seus referências teóricos eurocêntricos e a ausência do debate sobre o processo de colonização e resistência latino-americana (MIGNOLO, 1998; CASTRO-GÓMEZ, 2005), propiciaram uma análise da lógica colonial dessa região e o seu respectivo processo de enraizamento nas suas sociedades, nas instituições, nos pensamentos e subjetividades, caracterizadas por um processo de re-originalização da experiência da vida, tornando-se um novo padrão de existência social (QUIJANO, 2009).

Tais ideias iniciais servem de substrato para que um grupo de intelectuais como: Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussell, Edgardo Lander, Maldonado-Torres, Caterine walsh entre outros, de diferentes países latinoamericanos e dos Estados Unidos, comessem a se reunir em conferências científicas, organizadas inicialmente por Ramón Grosfoguel (Porto Rico), para apresentar as suas teorias e com base nelas, iniciar a construção coletiva de um arcabouço teórico, calcado em uma perspectiva geopolítica, com uma visão histórica que articula espaço e tempo e referenciado na lógica

da colonialidade, tanto do poder, do saber, do ser, da natureza, da decolonialidade e do giro decolonial (FANON, 1980; DUSSELL, 1990; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2000; LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2007; CASTROGÓMEZ, GROSFOGUEL, 2007; BALESTRIN, 2000; WALSH, 2014).

A teoria sistema-mundo moderno criado por Wallerstein (1974, 1980, 1989) faz uma análise do processo do capitalismo ao longo do tempo demonstrando que não existe a ideia de um terceiro mundo, pois as regiões geográficas da terra estariam interconectadas por um sistema complexo de trocas econômicas, onde existe uma dicotomia entre o trabalho e o capital e a concorrência entre os diferentes países (Estados-nações) pela acumulação de capital.

Para esse autor a Europa, seria o local de origem desse sistema, que relacionado a um processo expansionista promovido pela transformação de tudo em mercadoria para ser comercializada pelo sistema mundo estabelecendo assim o atual sistema capitalista global.

Para Dussell (2005) a Europa e o seu processo colonizador, demonstram que esse continente e a sua geopolítica criou a centralidade da história e cultura mundial tornando os outros lugares, a periferia. Para esse autor o eurocentrismo da Modernidade é exatamente a confusão entre a “universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica de propósito pela Europa para se tornar o “centro” do processo de funcionamento do capitalismo” (DUSSEL, *op. cit.*, p.28).

Esse autor aprofunda a sua análise afirmando que é preciso desnudar o “Mito Civilizatório” para desvelar as “injustiças da práxis sacrificial” acometidas pelo eurocentrismo e o seu mentiroso processo de modernização hegemônica e desenvolvimentista (*ibidem*, p.30).

As ideias anteriores, apontam o capitalismo como eixo estruturante e organizador de processos exploratórios multifacetados, debatido inicialmente no capítulo anterior, porém podemos analisar esse sistema-mundo pelo recorte da destruição de identidades locais (sociedades/culturas) e o estabelecimento de uma nova sociedade/identidade colonial eurocêntrica desde os primórdios

da chegada dos primeiros representantes desse sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 1992).

Para Quijano (*Op. cit.*) mesmo tendo ocorrido a independência dos países, principalmente na América latina, isso não representou a descolonização das relações de poder.

Esse autor reforça essa ideia afirmando que a colonialidade das relações entre o colonizador e o colonizado, está relacionada a desigualdade no poder em favor do primeiro em detrimento do segundo. Para ele, essa desigualdade está atrelada a questões como a raça, cor e a cultura (*ibidem*).

Nessa perspectiva, ele compreende que o poder colonial está embasado e organizado nas seguintes relações: dominação, exploração, conflitos entre diferentes grupos sociais (colonizador X colonizado) pela disputa do controle dos fatores materiais básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva, subjetividade, intersubjetividade, recursos materiais e produtos para sobreviver (QUIJANO, 2001).

Esse autor, aprofunda a sua análise explicando que o eurocentrismo é constituído pela ideia central desse processo dialético entre o sujeito europeu e o “não europeu”, pois

atribui ao europeu a qualidade de medida e de referência privilegiadas da experiência de toda a espécie; — leva a olhar tudo a partir dessa posição; — tende a organizar a percepção do mundo segundo as categorias de procedência européia, consideradas como únicas legitimamente válidas; — condiciona, desse modo, o dominado a olhar-se com os olhos do dominador (QUIJANO, 2002, p.74).

Para esse autor esse processo de separação e classificação foi definido como uma das estruturas mais importantes, desse novo padrão de poder, para estabelecer a hierarquização social dos seres humanos no mundo através de um princípio organizador chamado de raça, isto é, a determinação de uma distinção da estrutura biológica que permitia instituir um padrão natural de desqualificação estética, intelectual e de outras formas do sujeito “não europeu” em relação ao europeu, construindo assim uma naturalidade que institucionaliza as relações de opressão impostas pelos conquistadores (QUIJANO, 2005).

Além disso, esse processo colonial faz um diálogo entre as diferentes formas de desenvolvimento das questões históricas de organização e autoridade sobre o trabalho, de seus bens e de seus viveres, mercadorias etc, em torno de qualquer coisa com características econômicas que possam servir na produção de outros bens ou serviços, instituindo a lógica histórico-mundial do capital (ANTUNES, 2005), bem como, do mercado mundial, promovendo um processo dialético entre o capital e o trabalho (QUIJANO, 2005).

Aníbal Quijano analisa a influência do tema do trabalho no colonialismo afirmando que os senhores coloniais usaram do controle e de exploração do trabalho, do controle do processo da produção, da aquisição, bem como, da distribuição de mercadorias, relacionados com o capital e com o olhar no mercado mundial para impor uma cultura de submissão e de demonstração de poder.

Esse autor, embasado nesses dois princípios organizativos (raça e trabalho) faz uma análise que o processo de institucionalização da modernidade, a partir da conquista dessa nova região e da fundação de um novo processo civilizatório, histórico e cultural desse território, agora denominada América Latina, estabelecendo assim o conceito de "Colonialidade".

A partir disso, Aníbal Quijano estabelece como nó epistêmico a estruturação do poder na modernidade, como elemento central para a criação do conceito da "Colonialidade do Poder".

A colonialidade, está integrada a uma padronização de poder com bases em um processo de hierarquização cujas categorias estão relacionadas a raça, questões sexuais, trabalho (geralmente escravo e ou subempregos) e na estruturação e classificação de identidades tais como: brancos (europeus), mestiços, índios, negros, amarelos, não europeus etc. (QUIJANO, 2005).

O processo de classificação dialética estabeleceu uma recognificação histórica dos sujeitos dessas regiões, criando-se identidades "geobioculturais", que se iniciaram na conquista da América e depois expandida para outros continentes.

Como explicado anteriormente, o conceito de raça, propiciou o estabelecimento de novas identidades, estruturadas historicamente, sendo relacionadas com o processo de divisão e administração do trabalho, das funções que cada indivíduo colonizado desempenha nessa sociedade colonial, que foram mantidos mesmo depois dos processos de independência política, que não se configuraram na liberdade do processo de colonização (QUIJANO, 2005).

Aníbal explica, que cada tipo de raça estava atrelada a um tipo diferente de controle do trabalho, permitindo manipular a sua vontade, isto é, do europeu, um grupo social específico. Como podemos observar ao impor a sua vontade sobre os oprimidos/explorados, interligada pela dualidade raça/trabalho, propiciou a construção dessa ideia de modo que parecesse de forma natural.

A colonialidade foi tão bem-sucedida que instituiu a lógica da "branquitude social", isto é, associar os ganhos em dinheiro (salário) com cargos de comando na estrutura organizacional colonial (QUIJANO, 2005), que perduram até os dias de hoje com pequenas exceções. É possível comprovar essa afirmação através dos dados da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Ethos que determina a presença de apenas 5,3% de negros/pardos em cargos de direção (nível executivo) em uma amostra pesquisada de 500 empresas de grande porte do Brasil (ETHOS, 2010).

A questão racial, a organização e o comando das atividades laborais, brevemente, trazidas nos parágrafos anteriores, possibilitou o desenvolvimento de um processo de dominação/opressão de um modelo de capitalismo que se institucionalizou além das fronteiras europeias, sendo distribuído por diferentes territórios do mundo criando assim uma geografia social do capitalismo (QUIJANO, 2005).

O que mais deve ter sido subjugado por esses colonizadores? Os colonizadores, através do processo de colonialidade, impuseram o seu domínio, também, expropriando os saberes culturais locais que interessavam ao desenvolvimento desse sistema-mundo e se fossem trazer benefícios para o

seu grupo social colonial. Além disso, promoveram a agregação e homogeneização das multidiversas formas e histórias culturais dos povos que viviam nessas terras latinoamericanas, adulterando-as e transformando-as em um novo padrão cultural hegemônico global europeu.

Esse processo de transformação e construção de novas formas de produção de sentidos, foi elaborado pela repressão, de forma e graus variados, contra os universos simbólicos e as objetivações da subjetividade dos colonizados, retirando-lhes toda a sua herança intelectual.

No lugar desse vazio epistêmico, estético e ético, foi criado todo um conjunto de novas relações que buscaram construir sentidos ao novo mundo colonial (capitalista) estabelecendo redes de relações baseadas na dominação/subjugação constituindo assim a nova ordem da intersubjetividade que permitiu a estruturação de um padrão europeu dominador colonial chamado de "etnoeurocentrismo" (QUIJANO, 2005, p. 121).

As formas de existência social em cada uma dessas áreas não nascem umas das outras, mas não existem, nem operam separadas ou independentes entre si. Por isso mesmo, as relações de poder que se constituem na disputa pelo controle de tais áreas ou âmbitos de existência social tampouco nascem, nem se derivam, umas das outras, mas não podem existir, salvo de maneira intempestiva e precária, umas sem as outras. Isto é, formam um complexo estrutural cujo caráter é sempre histórico e específico. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado padrão histórico de poder (MIGNOLO, 2000).

Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano.

Walter Mignolo, complementando as reflexões anteriores, se pergunta sobre qual era o entendimento da junção de ideias que formam o "sistema mundo/moderno colonial". Para ele a dimensão espacial desse sistema permite a reflexão que a partir das margens externas dele, cuja diferença colonial continua sendo exaurida, pela emergência do colonialismo global, operado

pelas transnacionais, sendo essa diferença a parte central do conceito/noção da colonialidade do poder, no tempo real ou imaginário.

Para esse autor o diferencial é o espaço onde as histórias locais inventadas e aplicadas pelos projetos globais, forçando a adaptar-se, integrar-se ou adotados, rejeitados ou ignorados (MIGNOLO, 2002).

Para Lander (2005) o capitalismo buscou criar as bases de uma ciência recorte neoliberal, pensando na construção de epistemologias que estivessem a serviço das grandes empresas e dos pensadores desse sistema que financiam ou tem as suas pesquisas financiadas pelo capital, construindo um conjunto dos costumes, hábitos fundamentais, bem como, comportamentos e de uma cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma coletividade, que poderemos denominar de um capitalismo acadêmico, mantido pelo poder de "economia do conhecimento" (KRIMSKY, 2003 apud LANDER, 2005).

A partir desse pensamento os autores da rede modernidade/colonialidade estabeleceram como um pensamento crítico o conceito/categoria denominada colonialidade do saber, buscando determinar um caráter/identidade eurocêntrica como o único caminho de se construir um conhecimento /saber denominado de científico, com uma aparência de universal para construir essa categoria de pensar, os colonizadores elaboraram grandes narrativas eurocentradas para negar e desqualificar outras maneiras de conhecer, entender e produzir conhecimento obre o mundo e a vida.

Nesse processo tudo que não vinha da Europa ou era classificado como místico, sobrenatural, primitivo, sem base científica e ou de base popular. Logo, outras colonialidades como por exemplo a do “ser” que estabelece uma categoria de inferioridade e subalternidade para determinados grupos sociais, particularmente os indígenas, negros e pardos tradicionais (pescadores, povos da floresta etc).

A colonialidade, possibilitou a Europa construir uma ciência humana/sociais, bem como, uma filosofia com um modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, desqualificando e provocando

epistemicídios (SANTOS, 2000) de saberes e conhecimentos de outros povos e regiões do mundo diferentes do ocidente.

Como podemos observar, essa corrente de pensamento promove uma reflexão sobre a geopolítica do conhecimento, explicando que a mesma foi utilizada como a estratégia central para construir a modernidade e o seu mundo colonial.

Como citado anteriormente essa construção de uma nova identidade geobiocultural promoveu a resignificação e reafirmação de suas teorias, conhecimentos, bem como, paradigmas; criando neles um "rotulo" de verdades universais.

E para os outros saberes, conhecimentos e histórias que coexistiam no mundo buscou aniquilá-los através invisibilização, desqualificação promovendo a morte de seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1981), bem como, o silenciamento dos sujeitos que produzem outras formas de pensar e agir, só permitindo que uma parte desse grupo, geralmente aqueles que tinham uma ascensão política e ou de poder, como a nobreza de um povo participasse do círculo de conhecimento como aprendizes do eurocentrismo. Podemos citar como exemplo no Brasil e em alguns países sul-americanos do projeto Jesuítico de "conversão" dos índios e o seu "letramento" linguístico, intelectual e cultural "euronormativo".

Para os autores dessa rede Modernidade/colonialidade foi este o processo que constituiu a modernidade, cujas raízes se encontram na colonialidade. Implícita esta ideia está o fato de que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e esta não pode ser entendida sem levar em conta os nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu.

Complementando essas análises Porto Gonçalves (2006) afirma que a colonialidade do saber e do poder continua adocicando os nossos pensamentos e nossa afetividade na medida em que os problemas que afligem as populações latinoamericanas são entendidos por essa classificação que nos encaminha ao pensamento de que devemos superá-la através da modernização globalizante, obliterando-se que modernizar é uma das maneiras

que esse sistema-mundo colonial tem de nos escravizar e de manter a sua cultural colonizadora.

Esse processo reflexivo ao se encontrar na encruzilhada dos territórios do Brasil, ganham contornos e cores outras, pois como podemos observar nas palavras de Nego Bispo liderança e intelectual do Quilombo Saco Curtume, no município de São João do Piauí/PI compreende por colonização “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2019, P. 35).

Esse autor ressalta que o enfrentamento desse modelo expropriador de tudo, pode ser chamada de contra colonização, isto é, “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015, p. 48).

Assim, independente das particularidades, Nego Bispo trata povos africanos e indígenas como contra colonizadores e sujeitos históricos eurocentrados de colonizadores, independentes se senhor ou colonos.

Para Nego Bispo esses grupos sociais contra colonizadores tem como eixo estruturante, isto é, formas de pensar, ver e sentir o mundo interior e o exterior diferente dos colonizadores; bem como, de suas relações com qualquer forma de vida distinta dos mesmos.

Esses sujeitos oprimidos entendem que a terra, sendo mais que um “lote” ou “hectare”, é um território do viver, reexistir e do sagrado (espiritualidade), sendo de uso coletivo e solidário. E afirmam que nesses territórios, passavam os seus saberes através de diversas oficinas, orientadas por mestras e mestres de ofício, propiciando a produção de quase tudo que necessitam para bem viver.

Nego bispo também esclarece que esse modo de viver, pensar e agir pode ser definido como a biointeração, isto é, a vivência em comunhão entre tudo que é “orgânico”, não na definição química, com tudo que é vivo e não vivo, como na divisão de tarefas para executar uma atividade e na repartição do necessário para a vida de uma determinada coletividade. Para esse autor, tudo que se faz advém da energia orgânica e deve ser reintegrado a ela. A

partir dessa forma de pensar a melhor forma de “acumular”/guardar o peixe é no rio ou nos lagos, a mandioca é na terra e os outros produtos de todas as expressões produtivas de um território é compartilhando com a vizinhança.

De forma muito similar Ailton Krenak explica

que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 11).

E desde os tempos da construção da constituição federal de 1988, ele explica para todos os homens brancos colonos dos “senhores do engenho” do capital estrangeiro e políticos dessa época que estavam escrevendo essa Carta Magna que o seu

Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocou em risco a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos (COHN, 2015, p. 34).

Para esse autor a sua cultura se relaciona com a natureza de forma circular, não se separando da mesma como podemos observar quando ele explica que

(...) nós estamos cantando para as pedras, para a montanha, para as águas dos rios, para os peixes. Estamos cantando para os pássaros. Quando estamos cantando para os pássaros, eles cantam para a gente. O gavião, quando estamos dançando no terreiro, eles passam em cima do terreiro, dão cada chamada aguda! Respondendo a nossos cantos. Nós cantávamos para os rios; nós chamamos o céu para dançar com a terra; nós cantamos para os lagos, para as pedras; cantamos para as montanhas, para o espírito da montanha que está aqui. (KRENAK, 2000, p. 37).

Ailton destaca também que

é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros (KRENAK, 2019, p. 37).

Como podemos observar o pensamento afro-pindorâmico, o pensamento que descobriu diversas pessoas no Sul Global, é um pensamento circular, um pensamento que se inicia, tem um meio e recomeça, logo podemos perceber que ele não tem um fim.

Em contrapartida o pensamento colonialista, em boa parte leia-se o pensamento científico colonialista, é um pensamento retilíneo na direção vertical, sempre do Norte para o Sul, dos brancos para todas as outras cores, dos homens para as mulheres, que não circula, vai e não volta, por mais que diversos pensadores tentem mudar essa forma de pensar.

Para esses pensadores afro-pindorâmicos, não existe julgamento de valor sobre esse pensamento colonial, isto é, não é bom nem ruim, eles só estão mostrando como é que funciona esse sistema mundo colonial capitalista. Para eles é um pensamento linear, retilíneo, funcionando do integrado para o segmentado ao contrário do pensamento contra colonial que funciona do segmentado para o integrado.

Nesse processo de pensar de forma segmentada para integrá-la ao todo cósmico, Ailton Krenak ressalta que as lutas desses povos do sul global e o seu processo de resistência continua instituindo uma memória profunda que parafraseando Eduardo Galeano uma memória de fogo. Essa memória está relacionada aos processos de ensino e de construção de

centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. (KRENAK, 2019, p. 15).

E que fatores podem estar associados a esses processos educativos “outro” contra colonial que podem emergir do Sul Global?

No próximo item aprofundaremos essa questão refletindo sobre a educação em um pensamento “outro”. Como explica Enrique Dussel descobrindo esses seres desses territórios suleadores ou como Spivak fala, escancarando as janelas da vida para que as vozes dos subalternizadas possam ser reverberadas e vibrem por toda a sociedade.

A educação ambiental no pensamento Contra-colonial brasileiro e do Sul Global

A partir das reflexões teóricas anteriores podemos pensar que o saber e a divulgação do mesmo faz parte de um movimento que quem busca construir esse saber, “não espera acontecer”, pega a “contra pelo” a história e busca aprender e ensinar, porém esse saber pode estar relacionado a um lugar como afirma Streck (2012) que na educação popular ele está relacionado a um território determinado.

Para esse autor o território é um espaço que permite o desenrolar das experiências humanas. Para ele a prática social e a suas inter-relações são manifestadas por grupos e classes sociais que estão atreladas a disputas de poder e influenciadas por ele. Essa ideia é reforçada por Theis (2008, p.12) que afirma: “território é, inquestionavelmente, a política no espaço!”.

Logo, os processos educativos são influenciados pelas disputas, conflitos e políticas relacionadas aos territórios, para manter o “status quo” neoliberal ou para transformá-los.

No caso específico dos territórios brasileiros periféricos, das florestas, dos mangues, dos rios e dos mares temos um espaço muito específico, podendo ser classificado pelo capital como uma zona de sacrifício (GOULD, 2004). Essas terras como salientamos anteriormente, expõe a população local a injustiças e conflitos socioambientais, que podem ser denominada de população de sacrifício (RIOS-RAMIARINA, 2016). E o que essas populações fazem diante dessas desigualdades e injustiças socioambientais?

Vários movimentos sociais do sul global não ficam parados, vão à “luta” investigando as injustiças, produzindo documentos, fazendo denúncias, projetos, mobilizações, bem como, buscando outras formas de ser, viver e reexistir nos seus territórios. A partir dessas ações podemos pensar que tipo de educação ambiental poderia emergir do Sul?

Eunice Trein buscou fazer uma reflexão próxima dessa, refletindo sobre que tipo de EA “crítica” nós estamos falando? “à educação ambiental crítica é crítica de que?” (TREIN, 2012, p.1).

Tozoni-Reis (2004) contribui com essa reflexão destacando que a EA crítica, geralmente, é pensada como prática social instituída historicamente, a educação é um campo de disputa entre muitas formas de ver e descrever a “vida” em plenitude, o ser humano e a sociedade, nas diferentes formas de ser e existir, inclusive não hegemonicamente.

Nesse sentido essa cientista afirma:

a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não é a ideologia da harmonia, nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, expressas pela atividade essencial, o trabalho – compreendido em sua amplitude filosófica – tomando como síntese da produção da vida individual e coletiva (TOZONI-REIS, Op. Cit., p. 145).

Trein (2012) retoma o debate marxista da EA afirmando que decodificar a vida concreta com as suas dicotomias e disputas através de um olhar crítico nos possibilita a desvelar as relações sociais estabelecidas pelo mercado que promovem a alienação reforçando o projeto hegemônico homogeneizante que estruturam a vida nesse modelo de sociedade.

Contribuindo com esse debate Layragues e Lima (2014) dialogam com a classificação proposta por Alier (1999) para os diferentes tipos de ambientalismo e apresentam as macrotendências que surgiram para esse campo do conhecimento.

Esses autores afirmaram que no caso da EA crítica

aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apoia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRAGUES; LIMA, Op. cit. p.11).

E complementando esse raciocínio, ressaltaram que os conceitos-chave relacionados com essa macrotendência são: Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social (Idid. p.33). Além de incorporar a Ecologia Política, o pensamento da

complexidade, as questões culturais, individuais, bem como, subjetivas, a politização da vida cotidiana e da esfera privada. (LAYRAGUES; LIMA, Op. cit.).

Refletindo junto com esses autores sobre essa macrotendência, podemos supor, que, essas formas outras de viver, existir e reexistir no território de diferentes movimentos sociais do Sul Global, principalmente aqueles cujo eixo central está relacionado aos conflitos socioambientais latino-americanos não foram analisados em detalhes por esses pesquisadores.

Esses movimentos especialmente o brasileiro teve a sua gênese no processo de “denuncismo” característico de uma classe média intelectualizada integrante do movimento ambientalista em sua origem nos anos 70, mais a um cenário propício ao surgimento de um novo sujeito social, formado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra, Conselho Pastoral dos Pescadores (STORTTI, 2017) e no caso particular dos povos indígenas o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (MUNDURUKU, 2012) tendo como parceria estratégico padres adeptos da teologia da libertação, identificados pelo denominação/conceito de atingidos (afetados) “por diversos tipos de grandes projetos de desenvolvimento relacionados às atividades extrativistas” (LOSEKAN, 2016).

Essa particularidade territorial gera nesse grupo social uma identidade específica, chamada de “atingido”. Essa identidade foi debatida por Mariana Corrêa dos Santos e Carlos Vainer que analisaram esse conceito por diferentes olhares, como da legislação, das políticas públicas, porém focados nos sujeitos sociais que seriam impactados por empreendimento hidroelétricos como aquele que denota “disputas, legitimação e reconhecimento de direitos e demandas; não sendo apenas técnica ou econômica” (VAINER, 2008, p. 19).

Para Carlos Vainer

o surgimento e a evolução do conceito de “atingido”, que estava relacionado às legislações ambientais ligadas ao licenciamento a partir da década de 1980. A definição foi criada externamente por legislações e acordos internacionais para caracterizar grupos que seriam impactados por certos empreendimentos, sobretudo hidrelétricos. A identificação desses sujeitos seria necessária para garantir os seus direitos de cidadãos (*ibidem*). Para esse último autor esse conceito

pode ser ampliado e estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2008, p. 21).

Cristiana Losekann complementa essa ideia afirmando que essa era uma concepção territorial e foi criada em conexão com o aparato legal existente. Assim, o atingido era o proprietário de um território que precisava ser desapropriado para a realização de um empreendimento, em geral conectado àquele território por suas características naturais peculiares (existência de minério, rios, costa) (LOSEKANN, 2016, p. 133).

Segundo Carlos Vainer ocorriam diferentes formas de acometer essa questão, porém aquela que levava em consideração o tipo de negócio, analisando-o como aquele com imenso potencial de provocar mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, foi sendo cada vez mais aceito por diferentes sujeitos e organizações sociais. Esse autor ressalta que nessa forma de entender essa problemática, o dono do negócio perde a força político econômica e conseqüentemente direitos, ganhando mais deveres e os sujeitos sociais de uma localidade de interesse de um empreendimento ganham atenção e cuidados redobrados, logo trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais.

Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008, p. 4).

Como podemos observar essas territorialidades ligadas a identidade de atingido, que se iniciou com o movimento nacional dos impactados direta e indiretamente pela política energética de construção de barragens no Brasil e se expandiu para outros processos produtivos, originado outras lutas e movimentos sociais temáticos.

O potencial de luta destes movimentos em alterar de forma incisiva as discussões políticas, inclusive com a capacidade de atender as suas reivindicações, provavelmente ocorre através “da retórica pela qual seus porta-vozes promoveram uma construção particular da noção de bem público” (ACSELRAD, 2002, p. 51), porém nos dias atuais essas redes internacionais promovem diálogos interculturais, com povos originários, caiçaras, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores, o movimento dos sem Terra (MST), o movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) entre outros reivindicando outras formas de viver, existir sem um desenvolvimento baseado no consenso das Commodities (SVAMPA, 2015) e na petróleo dependência (FAPP-BG, 2013), construindo a ideia de bem comum e de bem viver (ACOSTA, 2016).

Essa análise pode ser complementada pela pesquisa de Barrozo e Sanchez (2016) que afirma ocorrer uma aproximação entre as redes de Justiça Ambiental, a EA Crítica e a Interculturalidade Crítica, permitindo a aglutinação uma práxis e um embasamento teórico inter-relacionado ao intercultural, crítico, emancipatório e antirracista, auxiliando no combate aos epistemicídios (SANTOS; MENEZES, 2000). resgatando a ancestralidade da forma como são elaborados os saberes e fazeres em um mergulho no contexto latino-americano profundo.

Além disso, esse diálogo de saberes, propõe a quebra com esse ciclo de informação e de educação bancária (FREIRE, 1989) de conhecimentos ecológicos que sugerem o desenvolvimento de bons comportamentos e atividades ecológicas (rotulo utilizado pelo mercado e marketing verde) ou dados científicos acríticos, sem diálogo histórico com o pano de fundo social, econômico e político dos sujeitos sociais e os seus territórios.

Com base nas reflexões acima expostas podemos afirmar que esses movimentos sociais estão enfrentando “situações limites” (FREIRE, 1999) críticas que contribui para uma visão crítica, isto é, o “inédito viável” (FREIRE, Op. cit.) para estabelecer um desvelamento da realidade, construindo uma consciência, que nesse processo libertador, ético e humanizador, se faz decolonial.

Dessa forma os territórios dos oprimidos (FREIRE, 2011), vão se transformando onde as suas territorialidades fonte da elaboração de outras práxis que pensam e refletem temáticas críticas imersas em processos de territorialização gerando conhecimentos "outros" que irão estimular uma autonomia crítica, a capacidade de decisão e de condução de outro futuro possível, pensado em um sonho, projetado no imaginário das ancestralidades destituindo os grilhões do pensamento do sistema mundo colonial hegemônico, eurocêntrico, racista e patriarcal (QUIJANO, 2010).

A partir do que expomos anteriormente podemos apresentar como uma definição de Educação ambiental desde el Sur: sendo aquela que se situa no sulear pedagógico como uma proposta contra hegemônica, a pedagogia ambiental que acompanha a manutenção do status quo solo fértil da colonialidade do ser e do saber poder, nesse sentido a EA Desde El Sur se assenta a uma crítica a colonialidade pedagógica e aponta para a pluralidade dos mundos de forma de ser e existir reconhecendo como estratégias pedagógicas que emergem das lutas dos povos que insistem em resistir e reexistir portanto a EA Desde El Sur está no território e aponta para a totalidade do território para o todo no sentido anunciar a urgência de um mundo onde outros mundos sejam possíveis, superando a monocultura da mente no território.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. 1.ed. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2005. 211 p. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. 197 p.

COHN, Sergio (org.). **Encontros: Ailton Krenak**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. 261p.

DUSSELL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 167p.

DUSSELL, Enrique . **Europa, modernidade e eurocentrismo**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. acessado em: 03 de março de 2015. 206 p.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org) (2003). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.637p.

KRENAK, Ailton. **O lugar onde a terra descansa**. Gráfica Imprinta/ECO RIO: Rio de Janeiro, 2000. 114 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 97 p.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>.

MIGNOLO, Walter. Un paradigma otro colonialidad global, pensamento fronterizo cosmopolitismo crítico. In: MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. AKAL ediciones. 2002a. p. 6- 18.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos y pensamiento limiar**. Belo Horizonte: UFMG. 2002b. 108 p.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32 n° 94 junho. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>.

Acessado em 05 de fevereiro de 2018. PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 75, Outubro, p. 139-169. 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2012v9n1p16/23002>. acessado em: 03 de fevereiro de 2010.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p. 19-35 Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acessado em 10 de fev 2015.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTROGÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL Ramón (Org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 68-83.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados** 6 (16). 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a07.pdf>. Acessado em 08 de fev 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, nº 37, pp. 4-28. 2002. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/ojs5/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>. Acesso em 08 de fev 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015. 255 p.

SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo Ed. Cortez. 2000. 636 p.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido” : uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008. p. 11-18.